



**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA,
ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA**

MISSÃO OFICIAL

RELATÓRIO



SÃO LUÍS/MA
JULHO/2024

SUMÁRIO

01. Introdução (página 2)

02. Missão & Objetivo (página 3)

03. Visita Técnica (página 4)

04. ANEXOS (página 14)

INTRODUÇÃO

Os membros da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), na reunião deliberativa realizada no dia 05 de junho de 2024, no Plenário 7 da Câmara dos Deputados, aprovaram o Requerimento nº 36/2024, de autoria do Deputado Allan Garcês (PP-MA), que “requer a realização de Visita Técnica pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, em data a ser designada, para conhecer os resultados da operação exitosa ‘Caminhos Seguros’ destinada ao combate de crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes, coordenada, no Estado do Maranhão, pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA), com ações preventivas e ostensivas. A operação resultou na prisão de 28 suspeitos e na apreensão de um menor de idade”.



Dep. Allan Garcês (PP | MA) - Autor do Requerimento nº 36/2024

A missão ocorreu nos dias 11 e 12 de julho de 2024, com a presença dos Deputados Pastor Eurico (PL-PE) - Presidente e Allan Garcês (PP-MA); da secretária executiva da Comissão, Márcia Cristina Abreu; e das assessoras parlamentares do Presidente, Monique Almeida de Oliveira e Luciana de Sousa Roriz.

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA COMISSÃO?

Missão oficial a São Luís, capital do Estado do Maranhão.

POR QUE A CPASF REALIZOU ESSE TRABALHO?

A visita é decorrente da aprovação do Requerimento nº 36/2024, de autoria do Deputado Allan Garcês.

OBJETIVO DA MISSÃO

O objetivo da missão foi conhecer a Operação exitosa “Caminhos Seguros” realizada pela Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, bem como o trabalho desenvolvido pelo Ministério Público e seus parceiros no combate a crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes. Para isso, a comitiva reuniu-se com membros dos dois Órgãos Estaduais nas suas respectivas sedes.



Presidente, Dep. Pastor Eurico (PL-PE), no Ministério Público do Maranhão (MP-MA)

VISITA TÉCNICA

A comitiva teve como primeiro compromisso uma reunião na Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA) com a presença dos responsáveis pela implementação da operação “Caminhos Seguros” no Estado. Estiverem presentes: o Secretário de Segurança Pública do Estado, Maurício Ribeiro Martins; o Delegado-Geral Adjunto Operacional, Lucio Rogério do Nascimento Reis; o Delegado-Geral da Polícia Civil do Maranhão, Manoel Almeida Neto; a Delegada Titular da Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente, Noemia Maia Maciel; e a Tc Qopm Comandante de Segurança Comunitária, Edhyelem Almeida Santos Carneiro.



Tc QOPM Edhyelem Carneiro; Delegado-Geral da Polícia Civil do Maranhão, Manoel Almeida Neto; Presidente, Dep. Pastor Eurico (PL-PE); Secretário de Seg. Pública, Maurício Ribeiro Martins; Dep. Allan Garcês (PP-MA); Delegada Noêmia Maciel; e Delegado-Geral Adjunto Operacional, Lúcio do Nascimento Reis, da esquerda para a direita.

A Operação Caminhos Seguros 2024 é uma operação integrada, com o intuito de concentrar esforços para o desenvolvimento de ações preventivas, educativas, ostensivas e/ou repressivas das forças policiais estaduais e distritais, buscando a

efetiva proteção de crianças e adolescentes, durante o mês de maio de 2024, em alusão ao Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio), visando combater qualquer tipo de exploração sexual contra esse grupo de vulneráveis, coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), articulada com as secretarias estaduais de segurança, e executada pelas forças de segurança estadual e de seus órgãos parceiros (conforme relatório fornecido pela SSP-MA).

No encontro, foram mostrados resultados operacionais das Polícias Civil e Militar do Estado, assim como dados relativos ao efetivo policial a às viaturas empregadas, tanto em ações educativas, como em prisões e apreensões realizadas. Além disso, relacionou-se o investimento estadual empregado em apenas um mês de operação.



Presidente, Dep. Pastor Eurico (PL-PE); Secretário de Segurança Pública do Maranhão, Maurício Ribeiro Martins; Dep. Allan Garcês (PP-MA); Delegado-Geral da Polícia Civil do Maranhão, Manoel Almeida Neto; Delegado-Geral Adjunto Operacional, Lúcio do Nascimento Reis. da direita para a esquerda.

Apresentou-se também o balanço geral da operação com resultados bastante satisfatórios, as boas práticas usadas e a sua relevância para o Estado, por ser considerado com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país e, portanto, mais predisposto à ocorrência de problemas relacionados à exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes.

Por fim, concluiu-se que a operação “Caminhos Seguros” mostrou-se bastante eficaz e que a sua ocorrência deveria ser, pelo menos, semestral, de modo a ampliar a possibilidade de mobilização das unidades estaduais para obter resultados mais significativos.



Tc QOPM Edhyelem Carneiro; Secretária Executiva da Comissão, Márcia Cristina Abreu Presidente; Presidente, Dep. Pastor Eurico (PL-PE); Secretário de Seg. Pública, Maurício Ribeiro Martins; Dep. Allan Garcês (PP-MA); Delegado-Geral da Polícia Civil do Maranhão, Manoel Almeida Neto; Delegado-Geral Adjunto Operacional, Lúcio do Nascimento Reis; e Delegada Noêmia Maciel; da esquerda para a direita.

No dia 12/07, foi realizada a visita ao Ministério Público do Maranhão (MP-MA), onde estiveram presentes as seguintes autoridades: Danilo José de Castro Ferreira, Procurador-Geral de Justiça; Gleudson Malheiros Guimarães, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-IJ); Laís Vieira, Coordenadora do Projeto “Down to Zero” da “Plan International”; Simone Rodrigues, Diretora do Instituto de Perícias para Crianças e Adolescentes (IPCA); e Wanda Bittencourt Moraes Pereira, Coordenadora do Programa “Mais Infância, Mais Turismo”, da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR).

Inicialmente, o Presidente, Deputado Pastor Eurico (PL-PE), foi recebido pelo Procurador Geral de Justiça e pelos demais promotores para uma conversa

informal sobre o trabalho que eles realizam no combate aos crimes sexuais envolvendo crianças e adolescentes no Estado, bem como a forma pela qual os deputados da Comissão poderiam ajudá-los.



Márcia Cristina Abreu, Secretária Executiva da Comissão; Presidente, Dep. Pastor Eurico (PL-PE); e Gleudson Malheiros Guimarães, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-IJ); da esquerda para a direita.

Em seguida, na sala de reuniões, iniciaram-se as exposições.

O promotor de Justiça, fez uma apresentação sobre a atuação do Ministério Público no combate permanente à violência sexual contra crianças e adolescentes, que compreende três eixos: a prevenção, a repressão/responsabilização e o atendimento às vítimas ou testemunhas de violências.

Segundo ele, o primeiro eixo engloba campanhas preventivas de mobilização social em diversos municípios, como Imperatriz, Viana e Açailândia, que abrangem mídias sociais (crimes cibernéticos, produção de vídeos com influenciadores digitais, prevenção ao abuso sexual e trabalho infantil no Carnaval 2024); seminário de violência contra crianças em São Luís; oficina e Audiência Pública na Câmara

Municipal; e capacitação e formação de profissionais da rede de proteção – encontro estadual de conselheiros tutelares do Maranhão, dentre outros.

Apresentou os resultados alcançados com a capacitação e formação de profissionais atuantes da rede de apoio, no período de 2022 a 2024, bem como as ações de repressão à violência sexual contra crianças e adolescentes e de atendimento à essas vítimas ou testemunhas desses crimes.

Por fim, mostrou os resultados alcançados até o 1º semestre deste ano.



Gludson Malheiros Guimarães, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-IJ)

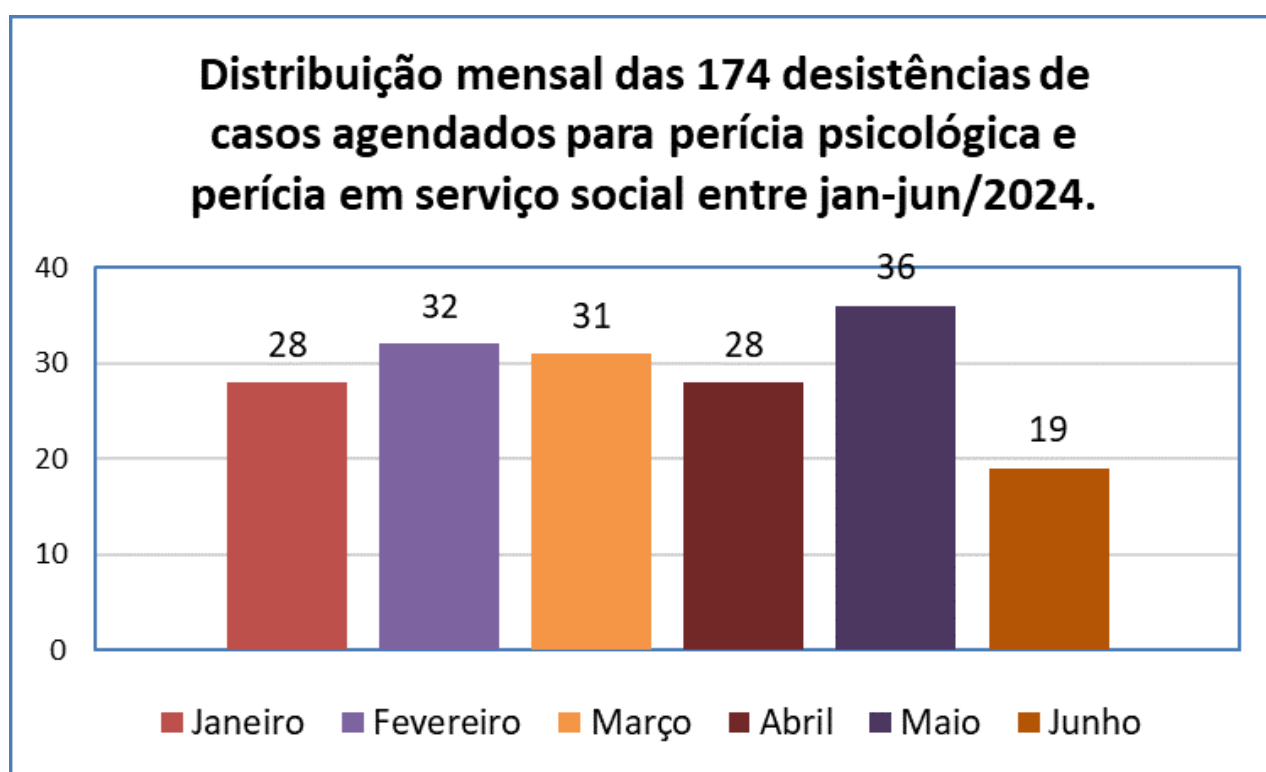
As três expositoras seguintes são parceiras do MP-MA no combate aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

Simone Rodrigues, Diretora do Instituto de Perícias para Crianças e Adolescentes, apresentou as atividades do IPCA no contexto da Perícia Oficial na SSP-MA. Explicou onde a Perícia Oficial de Natureza Criminal está inserida dentro da SSP-MA, que é formada pela Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil e

Perícia Oficial de Natureza Criminal. O IPCA é um dos institutos da Direção Geral de Perícia do Estado, tendo sua atuação dentro do Departamento de Perícia da Grande Ilha.

Ele realiza perícias médico-legais, em serviço social, e psicológicas de crianças e adolescentes vítimas de violência, ou sob suspeita, a fim de subsidiar Inquérito Policial e/ou Decisão Judicial. Apresentou o quantitativo das perícias realizadas em 2023.

Por fim, apresentou os dados do número de desistência dos casos agendados para perícia psicológica e em serviço social, devido ao intervalo de 120 dias para realização das perícias, causado pelo déficit de peritos no Estado, conforme gráfico abaixo.



Fonte: Instituto de Perícias da Criança e do Adolescente (IPCA).

Em seguida, Wanda Pereira, da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), expôs sobre o Programa “Mais Infância, Mais Turismo”, cujo objetivo principal é garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, com atuação nas escolas por meio de palestras educativas e com fiscalização em áreas de elevado fluxo turístico (Lençóis Maranhense) numa tentativa de combate ao turismo sexual no Estado.

Laís Vieira, Coordenadora do Projeto “Down to Zero” da “Plan International”- organização humanitária, não governamental e sem fins lucrativos, que promove os

direitos das crianças e a igualdade para as meninas -, foi a última a falar. Explicou que o “*Down to Zero*” tem como objetivo reduzir o número de crianças vítimas ou em situação de risco de exploração sexual comercial em comunidades do Nordeste, além de fortalecer e monitorar as políticas públicas nos níveis local, estadual e nacional, bem como as práticas de responsabilidade social do setor turístico.

O Projeto “*Down to Zero*” é parte de uma aliança global composta por cinco organizações não governamentais que abordam o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes. No Brasil, a aliança é composta pela “*Plan International*”; pela ECPAT (*End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes*; Fim da Prostituição e do Tráfico de Crianças para Fins Sexuais) Brasil, que é uma coalizão de organizações da sociedade civil que trabalha para a eliminação da exploração sexual de crianças e adolescentes; e pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (Cedeca/Bahia) desde 2016.



Simone Rodrigues, Diretora do Instituto de Perícias da Criança e do Adolescente (IPCA); Wanda Bittencourt Moraes Pereira, Coordenadora do Programa “Mais Infância, Mais Turismo”, da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR); Laís Vieira, Coordenadora do Projeto “*Down to Zero*” da “*Plan International*”; e Márcia Cristina Abreu, Secretária Executiva da CPASF; da esquerda para a direita.

A iniciativa é financiada pelo Ministério das Relações Exteriores da Holanda (MoFA).

A iniciativa é de abrangência municipal, mas também realiza ações em âmbito estadual e nacional. Em São Luís, nas seguintes localidades: Vila Nova República,

Vila Maranhão, Maracanã e Itapera; e na Bahia, em: Salvador, Camaçari, Ilha de Itaparica (Vera Cruz e Itaparica) e Mata de São João.

Laís Vieira iniciou falando sobre os objetivos e indicadores estratégicos: auto proteção e repensar normas sociais, participação social e ambientes seguros. Em seguida, pontuou as principais atividades da organização “*Plan International*”, como:

- Gestão de casos de proteção infantil em parceria com organizações especializadas;
- Seminário Nacional pelo enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes;
- Formação sobre direitos sexuais e reprodutivos; e
- Autoproteção e advocacy.



Presidente, Dep. Pastor Eurico (PL-PE), e Danilo José de Castro Ferreira, Procurador-Geral de Justiça do Maranhão.

Disse que uma pesquisa diagnóstica estava sendo conduzida na Grande Ilha para caracterizar o contexto de exploração sexual contra crianças, adolescentes e jovens, considerando aspectos sociais, culturais e econômicos. E que o

levantamento de dados secundários quantitativos e dados primários qualitativos coletados por meio de entrevistas em profundidade e grupos focais eram parte da metodologia utilizada.

Apresentou a problemática em escala de dados: entre 2011 e 2021, houve um total de 1.394 casos de violência sexual registrados na região da Grande Ilha; o município de São Luís registra o maior número de casos; segundo a OMS, 320 crianças são exploradas em 24 horas no Brasil; o Brasil ocupa a 25ª posição entre 60 países, no que concerne o enfrentamento à exploração; a Polícia Federal mapeou 9.7045 pontos de exploração sexual contra crianças e adolescentes em 2021-2022. A região Nordeste concentrava o maior número de pontos vulneráveis (1.079 em 2019-20).



Presidente, Dep. Pastor Eurico (PL-PE); Orfileno Bezerra, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos; e Dep. Allan Garcês (PP-MA); da esquerda para a direita.

Entre 2011 e 2021, houve um total de 1.394 casos de violência sexual registrados na região da Grande Ilha, sendo que o município de São Luís registra o maior número de casos. Uma parcela significativa dos casos de violência sexual registrados em 2022 no Maranhão são recorrências. Ademais, um dado alarmante é que 44% dos casos registrados em 2022 indicam que as situações de violência já

haviam ocorrido outras vezes, destacando a necessidade de intervenções mais efetivas para prevenir a reincidência.

Outros dados mapeados:

- Falta de reconhecimento de casos de exploração pelos órgãos competentes e profissionais;
- Ausência de protocolos e fluxos de encaminhamentos que contemplem a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA) e que sejam integrados ao Sistema de Garantia de Direitos (SGD);
- Ausência de dados consistentes sobre exploração sexual;
- Pouco conhecimento de diferentes atores da rede sobre as diferentes dimensões da ESCA; e
- Subnotificação expressiva dos casos de ESCA, o que dificulta o desenho de ações de prevenção e enfrentamento (políticas públicas).



Dep. Allan Garcês (PP-MA) no Ministério Público do Estado do Maranhão (MP-MA).

Laís Vieira finalizou sua exposição mostrando os materiais gráficos que produzem para o enfrentamento do problema.

Depois das falas e questionamentos do Presidente, Deputado Pastor Eurico (PL-PE), e do Deputado Allan Garcês (PP-MA), encerrou-se a reunião no Ministério Público, finalizando-se as atividades da missão oficial no Maranhão.

ANEXOS



Presidente, Dep. Pastor Eurico (PL-PE), e o Secretário de Segurança Pública do Maranhão, Maurício Ribeiro Martins.



Presidente, Dep. Pastor Eurico (PL-PE), e a Tc Qopm Comandante de Segurança Comunitária, Edhyelem Almeida Santos Carneiro.



Presidente, Dep. Pastor Eurico (PL-PE); Secretário de Segurança Pública do Maranhão, Maurício Ribeiro Martins; Dep. Allan Garcês (PP-MA); Delegado-Geral Adjunto Operacional, Lúcio do Nascimento Reis; e Delegado-Geral da Polícia Civil do Maranhão, Manoel Almeida Neto; da esquerda para a direita.



Secretário de Segurança Pública do Maranhão, Maurício Ribeiro Martins, e Dep. Allan Garcês (PP-MA) na SSP-MA.



Wanda Bittencourt Moraes, Coordenadora do programa “Mais infância, Mais turismo”; Simone Rodrigues, Diretora do Instituto de Perícias para Crianças e Adolescentes (IPCA); Laís Vieira, Coordenadora da *Plan*; Presidente, Dep. Pastor Eurico (PL-PE); PGJ, Danilo de Castro; Márcia Cristina Abreu, Secretária Executiva da Comissão; Orfileno Bezerra, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos; e Gleudson Malheiros, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude; da esquerda para a direita.

Este é o relatório da missão oficial a São Luís do Maranhão.

Brasília, 19/07/2024.

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA - CPASF

Local: Anexo II, Ala A, sala 184, Pav. Superior

Telefones: (61) 3216-6861 - (61) 3216-6863

E-mail: cpasf@camara.leg.br